

KARDEX

MC

PP

DOC. GERAL

Aconteceu

LULA AFIRMA QUE PACTO "É UM ENGODO" PARA OS TRABALHADORES

O presidente nacional do PT, Luis Inácio Lula da Silva, disse ontem que o pacto social "é um engodo para a classe trabalhadora". Segundo ele, "se o governo tivesse sido honesto em reajustar o salário mínimo nas bases dos índices inflacionários desde fevereiro, ele já teria chegado nos Cz\$ 1,5 mil". Lula afirmou não ter dúvida que "o governo chamou a classe trabalhadora para conversar sabendo que não há mais possibilidade de acordo". Para ele, a intenção do governo "é fazer mais um pacote antes que o Congresso Nacional comece a funcionar, porque essa é a prática da Nova República". Lula defendeu ainda a participação dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional. Para ele, os trabalhadores precisam controlar o dinheiro do PIS, Pasep, Previdência Social e Finsocial "que foram criados em nome da classe trabalhadora, que hoje não tem nenhum poder para decidir como estes recursos serão utilizados". (FSP - 23/1/87)

Aconteceu

Nº 395 - Janeiro/1987

BOLETIM SEMANAL DO CEDI

**CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Rua Tefenópolis, 983
Telefone: 825-5544
01338 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Heloiza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Zwinglio Mota Dias

Editor:
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
(Arte Graphica)

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

ACONTECEU SEMANAL

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas em trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igreja, política nacional, internacionais, e outras. Contém também uma seção de Cartas do Leitor, onde são divulgadas manifestações, denunciar atos públicos, etc. nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de Informação. O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe. Comissões Pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou que quer conhecer as diversas situações de contato, de lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura anual: Cz\$ 60,00 (Brasil),
US\$ 60.00 (América Latina),
US\$ 85.00 (América do Norte),
US\$ 100.00 (Europa, Ásia e África),
Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Prezado Leitor,

A partir desse número o Boletim Aconteceu Semanal adquire um novo perfil gráfico. É importante ressaltar que essa nova característica abrangerá uma fase experimental e preliminar de avaliações e, para tal, contamos também com sua compreensão no possível aparecimento de alguns entraves nesse primeiro momento.

Lembramos que suas sugestões e propostas serão para nós da equipe de grande proveito.

Certos de contarmos com sua colaboração, desejamos que a publicação cumpra o seu objetivo e que vá efetivamente de encontro à sua real expectativa.

Constituinte

ENTIDADES TÊM PROJETO DE REFERENDO

Já existe uma proposta concreta de regulamentação do referendo popular para a promulgação da nova Constituição brasileira. Sua autoria é do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, um fórum unitário de representativas organizações da sociedade, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Comissão de Justiça e Paz e do Instituto dos Arquitetos do Brasil, que apresentará o ante-projeto aos constituintes no próximo dia 1º de fevereiro, na instalação da Assembléia Nacional, em Brasília. Pelo projeto, ficarão dependendo de um referendo popular as matérias que, "aprovasdas pela maioria absoluta, receberem voto contrário de um quinto ou mais dos membros da Assembléia Nacional". Além da aprovação por referendo dos temas mais polêmicos, o Plenário ainda propõe que toda a Constituição seja ratificada através de plebiscito, no prazo máximo de 60 dias, após encerrados os trabalhos. A proposta ainda procura inserir uma forma de participação de entidades e organismos de classe na Constituinte apresentando proje-

tos. Na sugestão, essa participação seria pela apresentação de projetos subscritos por mais de trinta mil cidadãos, ou por duas entidades também com mais de trinta mil associados cada uma. (JB - 24/1/87)

PT ELABORA PROPOSTA DE REGIMENTO PARA CONSTITUINTE

O deputado José Genoíno (PT-SP) disse ontem que seu partido elabora uma proposta de regimento interno para funcionamento do Congresso Constituinte. O PT entende que, em vez da criação de uma grande comissão para elaborar a nova Carta, deveriam ser criadas várias comissões - onde todos os partidos teriam assento - que cuidariam cada uma dos diversos temas a serem tratados pelo Congresso constituinte. Outro ponto da proposta, segundo Genoíno, será submeter a um referendo popular os temas mais importantes. A proposta de regimento, que está sendo elaborada pelos juristas Dalmo Dallari, Fábio Comparato, Marco Aurélio Garcia, pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio e pelo próprio Genoíno, propõe ainda a criação de uma grande Mesa para o Congresso constituinte. (FSP - 23/1/87)

ULYSSES DEFENDE TESE MILITAR

O presidente da Câmara e provável presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, revelou com exclusividade para o jornal Estado de São Paulo sua posição sobre as atribuições das Forças Armadas na próxima Constituinte. Para ele, a próxima Carta Magna deve prever as responsabilidades tradicionais das instituições militares, tanto no plano externo como no interno. E mais: as Forças Armadas devem ter responsabilidades na garantia da lei e da ordem. A tese do parlamentar paulista é a mesma defendida pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves e seus colegas da marinha, almirante Henrique Sabóia; da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima; e do Estado-Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva. A manifestação de Ulysses Guimarães torna-se mais relevante em função das restrições que os militares colocaram no anteprojeto da comissão Arinos. Esta retirou do capítulo relativo às Forças Armadas a expressão "da lei e da ordem", o que, para os militares, representou uma tentativa de limitar a responsabilidade das instituições militares à defesa externa. Essa proposta da Comissão foi alvo de críticas e controvérsias no alto escalão das três forças. (ESP - 25/1/87)

ARCEBISPO PEDE FISCALIZAÇÃO SOBRE A CONSTITUINTE

O Arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Colling, está "um pouco pessimista" em relação aos resultados da Constituinte. Mas, mesmo assim, não deixa de pregar uma atenta fiscalização de toda a sociedade sobre a elaboração da nova Constituição. E também alerta que ela deve, fundamentalmente, incluir o respeito à dignidade humana, para ele traduzida na liberdade de ensino e religião e por uma situação econômica em que todos tenham o seu pão de cada dia. Afinal, conforme o Arcebispo, a Constituinte é uma grande esperança de todos os brasileiros. Com sua tradicional cautela ao abordar principalmente assun-

tos que dizem respeito à vida econômica, política e social do País, Dom Cláudio evita uma avaliação mais profunda da questão. Seu argumento: "Sou um mau avaliador, certas coisas eu não entendo". Quanto aos parlamentares, o Arcebispo afirma que devem dar satisfação à medida que vão avançando nos diferentes sentidos, para que o povo possa julgar se estão enveredando por caminhos certos ou errados e, assim, indicar outros, quando necessário. (O GLOBO - 25/1/87)

Política Nacional

GOVERNO NAO CONSEGUE TRÉGUA COM OS MODERADOS

Mais de oito horas de reunião, não foram suficientes para que governo, empresários e trabalhadores, reunidos ontem, pela terceira vez em uma semana, no Ministério do Trabalho, chegassem a um acordo para o entendimento social. O aumento do salário mínimo e o realinhamento dos preços foram novamente os pontos do impasse. A CGT, sem a presença de seu presidente, Joaquim dos Santos Andrade (o "Joaquinzão"), a USI e mais nove confederações de trabalhadores insistiram num salário mínimo de Cz\$ 4.884,64, com um aumento para Cz\$ 1.608,00 imediatamente e parcelas trimestrais até se chegar a este nível. Os empresários não aceitaram o mínimo além de Cz\$ 1.300,00. A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) não arredaram pé de um realinhamento geral dos preços de 25% sobre os preços vigentes em 28 de fevereiro do ano passado, sem qualquer repasse aos salários. Os sindicatos aceitavam o realinhamento, desde que houvesse um reajuste salarial generalizado na mesma proporção. (JB - 23/1/87)

SINDICATOS DESCONFIAM DO PACTO

A maioria dos sindicatos brasileiros encara com "desconfiança" e "ceticismo" as negociações que estão sendo discutidas em

Brasília, não acha, por experiências anteriores que o governo mereça credibilidade e pretende rediscutir tudo o que lá foi aprovado com suas bases. Até mesmo setores ligados à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), uma das entidades que estão negociando com governo e empresários, entendem que eles só estão querendo "ganhar tempo e desmobilizar os trabalhadores". Entre os que pensam dessa forma se inclui até mesmo Luiz Antonio Medeiros, líder dos 380 mil metalúrgicos da pital de São Paulo e braço direito do presidente nacional da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção. Parece que o governo tem um único objetivo: a retirada do gatilho salarial. Por isso, tenho uma grande desconfiança em relação a tudo que está sendo tratado em Brasília. A posição de descrédito desses dirigentes dos trabalhadores urbanos é a mesma dos diretores da Fetaesp - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, que congrega cerca de 550 mil bóias-frias e pequenos agricultores. Segundo Orlando Izac Bairrer, presidente da entidade, o governo não merece a confiança do trabalhador do campo pelo simples fato de não ter cumprido até hoje nenhuma das promessas feitas, "haja visto a reforma agrária". Dentro da própria CGT existem correntes que consideram as atuais negociações "um jogo de cena" do governo para ocultar as reais questões que deveriam estar sendo debatidas hoje pela sociedade. Os representantes dessas correntes dentro da CGT entendem que a central quando deixou de discutir os principais problemas do trabalhador brasileiro (redução da jornada, estabilidade, reforma agrária, suspensão do pagamento da dívida externa e salários decentes) "traiu os princípios estatutários da entidade". (JB - 22/1/87)

CUT REAGE COM IRONIA A MINISTRO DO EXÉRCITO

Lideranças da Central Única dos Trabalhadores consideram que, ao comentar que não acredita que a CUT vai continuar se negan

do a negociar um pacto social, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, utilizou uma sutileza verbal para induzir a central a reverter sua posição contra o entendimento nacional. "No fundo, o ministro quis ironizar a situação, como se avisasse que pode usar o poder para passar por cima da gente quando quiser", interpreta Vicente Paulo da Silva, um dos líderes da CUT no ABC. A afirmação de Leônidas Pires de que "devem existir dentro da CUT bons brasileiros", utilizada para demonstrar confiança na formulação do pacto, não agradou aos cutistas, que também rebateram o comentário com ironia. "A falação do general nos dá condições de constatar que também no meio das Forças Armadas devem existir bons brasileiros. E é acreditando nesses bons brasileiros, filhos de operários, que vamos tomar a sábia decisão de não abrir mão de uma greve geral, se necessária", disse Paulo da Silva. (ESP - 21/1/87)

EMPRESÁRIOS E SINDICALISTAS SAO CONTRA PROPOSTA DE JOAQUIN

O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, disse ontem que a recomendação feita pelo presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, de que se devem promover quebra-quebras e confiscos nos estabelecimentos que venderem os produtos da cesta básica acima da tabela, pode ser interpretada como "provação da desobediência civil". O presidente da Federação e Centro do Comércio de São Paulo (Fecesp), Abram Szajman, também condenou o recurso à violência. Acredito que possa ter ocorrido um problema de linguagem e que o Joaquinção errou ao se expressar: estava pensando uma coisa e falou outra. "Isso não é proposta que se faça", declarou Gilmar Carneiro, secretário de Imprensa da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Para Carneiro, a recomendação feita pelo presidente da CGT é resultado de sua frustração em relação à tentativa de um acordo com empresários e o governo. "Acredito que seja reflexo de

seu nervosismo, pois não é uma coisa que declare em situação normal". (FSP - 25/1/87)

Trabalhadores Urbanos

BANCÁRIOS PREPARAM GREVE GERAL

Os bancários estão se mobilizando para um movimento grevista junto com sindicatos de todo o País, pois a categoria é contra o pacto social. Ontem, o vice-presidente da Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso, Lúcio César Pires, esclareceu: "Queremos deixar claro, através da imprensa, que somos contra o pacto social que está sendo discutido, porque nele não estão os verdadeiros representantes de cada setor. O Pazzianotto não representa o governo; a CGT não representa todos os trabalhadores porque nem ouviu as bases (a CUT se recusou a participar da discussão). Esse pacto não passa de pano de fundo para amanhã o governo justificar as medidas que serão tomadas por ele, que outras não são senão arrocho em cima dos trabalhadores". O dia nacional da mobilização dos bancários já está definido: será dia 5 de fevereiro; no dia 11 a categoria terá nova assembléia para "aprovar um calendário de lutas e entregar uma minuta de reivindicações aos banqueiros, no dia 12". Os bancários reivindicam a manutenção do gatilho salarial, a partir de 1º de março de 87 (a data-base da categoria é 1º de setembro); manutenção da escala móvel, segundo os índices do Dieese e estabilidade no emprego. (ESP - 23/1/87)

PROFESSORES DECIDEM FAZER GREVE NACIONAL POR UM DIA

O plenário do 20º Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), encerrado ontem em Porto Alegre, aprovou a realização de uma greve de um dia, envolvendo 1,5 milhão de professores da rede pública de 1º e 2º graus do País

e 30 milhões de alunos, reivindicando um piso salarial de cinco salários mínimos. A data ainda será marcada. A luta pelo piso de cinco salários mínimos está incluída num projeto de plano de carreira que o magistério deseja ver aprovado. Dentro das propostas a serem encaminhadas ao Congresso constituinte, os professores reivindicam ensino público e gratuito, garantia de verbas específicas para a Educação, elaboração de uma nova lei de diretrizes e bases. Dentro das questões nacionais, houve a proposta de um dia nacional de luta pela suspensão do pagamento da dívida externa, a 31 de março, coincidindo com a entrega do documento conclusivo do congresso aos novos constituintes. (FSP - 23/1/87)

CAMPANHA SALARIAL DOS METALÚRGICOS

A Central Única dos Trabalhadores quer consolidar-se junto à categoria metalúrgica. Por isso, a próxima campanha dos metalúrgicos do ABC e Interior, cuja data-base é 1º de abril, deverá ser de alto nível, isto é, capaz de uma mobilização popular contra a política econômica do governo. O aspecto orgânico do departamento dos metalúrgicos da CUT e a preparação da campanha salarial da categoria foram minuciosamente discutidos, nas últimas 36 horas, num seminário que reuniu em Cajamar, desde sindicalistas pouco conhecidos até o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores. A campanha deste ano dos metalúrgicos do ABC e do Interior comanda da pela CUT conta com três novos sindicatos dissidentes da federação: Jundiáí, Mogi-Mirim e Piracicaba, além dos que já integravam o grupo - São Bernardo, Santo André, Sorocaba, Limeira, Itu, Campinas e São José dos Campos -, representantes de mais de 360 mil profissionais. A consolidação da CUT na categoria metalúrgica começa com a reestruturação do departamento estadual. O grupo, até agora coordenado apenas por dois sindicalistas, passará a contar com direção executiva, formada por representantes de cinco sindicatos -

São Bernardo, Santo André, São José dos Campos, Campinas e Sorocaba -, cujos nomes deverão ser indicados nos próximos 15 dias. (ESP - 21/1/87)

GREVE NAS DOCAS AINDA É PROBLEMA

Prossegue inalterada a greve dos 476 operadores ferroviários da Companhia Docas do Estado de São Paulo. Ontem à tarde, o sindicato dos trabalhadores entrou junto à Delegacia Regional do Trabalho com a sua defesa. Anteontem, a Companhia Docas havia entrado com o pedido no TRT com o dissídio e a conseqüente ilegalidade do movimento. Os grevistas reclamam o pagamento do adicional de 50% para os dias trabalhados aos domingos e adicionais de risco para o encarregado de trens e feitos de manobras. A greve, que entrou ontem no segundo dia, começou a produzir os primeiros reflexos negativos na operação de carga e descarga. Isso agravará ainda mais o congestionamento do porto que, ontem de manhã, estava com 44 navios fundeados na barra. (ESP - 21/1/87)

OPERÁRIOS DA TENENGE PROTESTAM COM PIQUETE

Enquanto os operários da Itaipu - empregados pelos consórcios Umcon e Itamon - trabalham normalmente, respeitando a trégua que termina dia 28, cerca de 450 trabalhadores da Tenenge, que faziam serviços de montagem em duas subestações de Furnas, mantiveram ontem piquetes no acesso à obra, impedindo que pelo menos essa empresa pudesse operar. A associação da categoria informou que os operários da Tenenge pretendem receber adicional de 30% a título de periculosidade, o que a empresa se nega a pagar. (ESP - 21/1/87)

ELETRICITÁRIOS E SERVIDORES DA SAÚDE AMEAÇAM ENTRAR EM GREVE

Rodoviários, eletricitários e servidores estaduais da área de Saúde poderão deflagrar greve geral a partir desta segunda-

feira. Os únicos que já decidiram a paralisação em todo o estado foram os rodoviários diante das negativas do DAER (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem) de conceder 48,25% do aumento, o que os equipararia aos rodoviários de São Paulo. Hoje haverá uma reunião entre rodoviários e entidades patronais, visando a uma última tentativa de acordo, mas a tendência é de que isso não ocorra: o presidente do Sindicato dos Rodoviários, Osvaldo Rodrigues, denunciou que donos de empresas de ônibus da capital estão ameaçando os funcionários de demissão, se eles entrarem em greve. Os eletricitários gaúchos fazem assembleia-geral na segunda-feira e ameaçam entrar em greve se não obtiverem aumento de 40%. Dos nove mil servidores da Secretaria da Saúde poderão parar também na segunda-feira, em protesto contra a decisão do governador Jair Soares, a pedido do governador eleito, Pedro Simon (PMDB), de suspender a realização de concursos. Os servidores duplicaria os salários em dois anos, através da reclassificação de cargos e funções que obteriam através dos concursos. (JB - 24/1/87)

METALÚRGICOS ESPERAM RESPOSTA DA FIESP

Somente na próxima quinta-feira a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) deverá se manifestar a respeito da reivindicação dos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos de aumento salarial de 22,27% a partir de janeiro, índice fixado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (Dieese) para a inflação de novembro e dezembro últimos. A proposta foi formalmente apresentada no final da tarde de ontem pelos presidentes das três entidades sindicais à quatro representantes da Comissão de Negociações do grupo 14, durante a reunião realizada na sede da Fiesp. Um novo encontro foi marcado para quinta-feira que vem, quando então, a posição do grupo 14 será conhecida. "Queremos assegurar o repasse da inflação e pressionar o governo para que

mantenha o gatilho salarial", declarou Luiz Antonio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. De acordo com Medeiros, os sindicatos dos metalúrgicos de Osasco, Guarulhos e São Paulo, que pelos seus cálculos representam cerca de 500 mil trabalhadores, têm urgência numa proposta da Fiesp. (FSP - 23/1/87)

ELETRICITÁRIOS DE SP MANTÊM GREVE E NEGAM BLECAUTE

Os eletricitários da Cesp e Eletropaulo, que reivindicam um reajuste de 85%, decidiram manter a greve iniciada na terça-feira, mas a possibilidade de interrupções no fornecimento de energia foi afastada pelo sindicato da categoria, pelo menos até amanhã, quando novas assembleias deverão decidir os rumos do movimento. O presidente do sindicato, Antônio Rogério Magri, negou que tivesse proposto a realização de um blecaute para pressionar as empresas, afirmando que a entidade defende apenas uma interrupção de energia setorial. A continuidade do movimento foi decidida ontem, às 11h, numa rápida assembleia na sede do Sindicato dos Eletricitários por cerca de dois mil dos 28 mil funcionários das duas empresas (22 mil funcionários da Eletropaulo e seis mil da Cesp), segundo Magri. Mesmo reconhecendo o enfraquecimento da greve, a direção do sindicato propôs o adiamento das decisões para amanhã, porque, às 14h30, haverá audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). (FSP - 25/1/87)

ELETRICITÁRIOS DECIDEM MANTER GREVE NO RIO DE JANEIRO

Cerca de 3 mil eletricitários compareceram à sede do sindicato, na manhã de ontem, para a assembleia de avaliação da greve dos funcionários da Light. Após um relato do comando de greve, que considerou o movimento vitorioso, a categoria decidiu manter a greve, a despeito de ter sido considerada ilegal pelo Tribunal Re-

gional do Trabalho. Vários pontos da cidade já estão sem luz e, no entanto, os cortes setoriais ainda não começaram. Segundo o presidente do Sindicato dos Urbanitários, Luís Carlos Machado, a falta de energia em vários pontos do Rio se deve ao péssimo estado dos cabos e do equipamento já obsoleto. O serviço do comando de greve já reativou a energia em duas elevatórias da Cedae e em três hospitais, considerados pontos prioritários. Diversas questões foram abordadas durante a assembleia. Ao falar sobre a decisão do TRT de declarar a greve ilegal, Luís Carlos Machado afirmou que "o julgamento foi uma farsa": "Nós já conhecemos essa justiça e sabemos. Os empresários realizaram lock out, boicotaram até alimento para a população e não foram considerados ilegais", justificou. Quanto às constantes ameaças de demissão e represálias ao movimento paralista, Luís Carlos Machado foi enfático: "Não ousem tocar em nenhum companheiro da categoria, senão vamos desligar esse sistema todo". E completou: "A nossa greve não é contra a população, mas se for preciso temos condições de desligar toda a região sudeste". Após uma avaliação, que considerou o movimento vitorioso, o presidente da categoria colocou em votação a proposta "a greve continua e os trabalhadores não abrem mão das principais reivindicações: reposição salarial de 32%, 5,4% de produtividade, revisão no plano de cargos e salários e redução da jornada de trabalho". Aos gritos de greve e trabalhador parou, a Light não pagou os grevistas presentes à assembleia aprovaram por unanimidade a continuação do movimento. (JB - 25/1/87)

Trabalhadores Rurais

POSSEIRO ASSASSINADO

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), denunciou ontem em Conceição do Araguaia o assassinato do posseiro Alberto Gonçalves de Alcântara, ocorrido no último sábado. Segundo José Nilson Azevedo, assessor da CPT, o lavrador foi morto no interior de

sua residência por dois pistoleiros que dispararam oito tiros de revólver, quase à queima-roupa. O crime teria sido assistido por dois homens que trabalhavam com Alcântara e por seus três filhos menores. (FSP - 21/1/87)

POLÍCIA DESPEJA MAIS 36 FAMÍLIAS NO PARANÁ

Um contingente de duzentos policiais militares despejou na tarde do último domingo 36 famílias de agricultores sem terra que invadiram, em setembro de 1986, a fazenda Bom Pastor, de 1.050 hectares, no município de Laranjeiras do Sul (356 km a sudoeste de Curitiba), após a determinação judicial de reintegração de posse. O secretário de Assuntos Fundiários do Estado, Walter Pecoits, disse que os sem-terra resolveram abandonar a área pacificamente, com a presença policial. Os agricultores montaram um acampamento à beira da BR-277, próximo da fazenda. (FSP - 20/1/87)

LAVRADORES PERDEM A PACIÊNCIA COM A BARRAGEM DE ITAPARICA

"Se o governo não tomar providências, pode acontecer coisa que nem a gente queria". Rendeiro de seis hectares de terras em Itacuruba, sertão de Pernambuco (a 474 quilômetros de Recife), o agricultor José Soares Novaes se alarma com conhecimento de causa: ele é o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacuruba e um dos quase 36 mil moradores do submédio São Francisco que serão desalojados para ceder terreno à barragem de Itaparica. Arrastando-se há uma década, a programação de construção da barragem entrou em fase final, mas depende do cumprimento dos prazos de desapropriação e relocação das 7 mil famílias da área rural que serão atingidas em sete municípios de Pernambuco e da Bahia. Agastados com as prorrogações constantes, os moradores prometem ações drásticas se a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) - não

acelerar o passo. "A gente vem alertando há 10 anos, o povo já está perdendo a paciência e tudo pode acontecer", insiste - cauteloso - o agricultor e sindicalista José Novaes, o Zé Preá. Dura uma década, como contabiliza o relatório da Chesf, o estresse da população que será transferida. "No momento, o conflito com a empresa não é muito grande, mas a qualquer momento isso pode mudar", antecipa o coordenador do pólo sindical do submédio São Francisco, Eraldo José de Souza, capaz de mobilizar mais de 6 mil trabalhadores rurais na sua área de influência. A paciência tem prazo certo para se esgotar: nos dias 31 de março e 1º de abril próximos o pólo sindical vai reunir todos os animadores rurais da região e decidir, com eles, o que fazer para garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos no acordo firmado com a Chesf em dezembro - após seis dias de invasão e paralisação do canteiro de obras da barragem por mais de 1 mil homens, mulheres e crianças armados apenas com a revolta. (JB - 19/1/87)

GARIMPEIROS SE PREPARAM PARA INVASÃO DE CARAJÁS

Entre 20 mil e 30 mil garimpeiros, que trabalham nos arredores desta cidade do Sul do Pará, a 680 quilômetros de Belém, principalmente no Garimpo de Cumaru, estão se preparando há alguns dias para invadir o Projeto Carajás, a 400 quilômetros de Redenção, no Município de Marabá. Eles acreditam que existe em Carajás uma grande quantidade de ouro e chegam a comparar o possível garimpo com Serra Pelada. A decisão de invadir o Projeto Carajás partiu de alguns líderes dos garimpeiros, segundo os quais os garimpos em torno de Redenção, Xinguara, Rio Maria e Conceição do Araguaia, além de serem pequenos, estão chegando à exaustão, não sendo mais compensador explorá-lo manualmente. Essa é a segunda vez em que os garimpeiros planejam invadir a Serra dos Carajás. Em outubro do ano passado, mais de 15 mil deles, provenientes de Serra Pelada, que estava interdita por questão de seguran

ça, chegaram a se dirigir para o Projeto Carajás, mas a presença de policiais militares fez com que eles retornassem. (JB - 21/1/87)

CPT DENUNCIA

TORTURAS CONTRA POSSEIROS

O advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Conceição do Araguaia (1.135 km ao sul de Belém-PA), José Machado de Carvalho, disse ter-se avistado por alguns minutos, ontem, com os seis posseiros que estão detidos na cidade, acusados pelo assassinato do fazendeiro goiano Tarley de Andrade. O advogado da CPT afirmou que todos eles foram "barbaramente torturados". O advogado da CPT afirmou que os presos foram bastante espancados pelos policiais, e que um deles, Errol Flym Barbosa, passou "por sessões de choques elétricos" em Goiânia, onde foi preso no início do mês. José Machado diz estar encaminhando o pedido de exame de corpo de delito para os presos, pois pretende representar, por abuso de autoridade, contra o secretário de Segurança Pública do Pará, Lélcio Alcantara, o delegado Roberto Gonçalves de Moura e o comandante do batalhão da PM, major Antônio Gibson. Machado afirma que também está encaminhando ofício ao conselho federal da OAB e à seccional da entidade no Pará, pedindo o envio de representantes das respectivas comissões de direitos humanos para investigar as violências cometidas contra os presos. (FSP - 20/1/87)

Índios

MINISTRO DEFENDE CALHA NORTE

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse ontem em Boa Vista (RR) que o projeto "Calha Norte", que prevê a ocupação e o desenvolvimento das faixas de fronteiras acima das calhas dos rios Solimões e Amazonas, não pode ter como obstáculo a população indígena. Ele

disse que "se o governo for olhar somente para o índio não haverá condições para os outros povos viverem na região, e estaremos voltando a um passado remoto". (FSP - 23/1/87)

CRIAÇÃO DO PARQUE YANOMAMI

O senador Severo Gomes (PMDB-SP) afirmou que o presidente José Sarney está disposto a criar, através de decreto, um parque destinado aos índios yanomamis, abrangendo parte do Estado do Amazonas e do Território de Roraima, na fronteira com a Venezuela, desde que seja delimitada uma faixa de 60 quilômetros ao longo da fronteira, sob o controle das Forças Armadas. O senador é autor do projeto de lei que prevê a criação do parque com 9 milhões de hectares para abrigar 9 mil índios. Ele esteve com o presidente no dia 14 e obteve de Sarney a garantia de que seu projeto poderá se transformar em realidade. O parque proposto por Severo Gomes se sobrepõe à rica reserva mineral do sistema Parima (ouro e cassiterita) e está dentro da faixa do território nacional abrangida pelo Projeto Calha Norte - ocupação militar-comunitária da fronteira norte do país. Severo Gomes chamou atenção para o problema da invasão das terras indígenas por grupos interessados em explorar minérios. "Dizem que há ouro e urânio nessas terras e as pressões são grandes. Nós defendemos que a área seja explorada por empresas estatais, que retirem apenas minérios que sejam economicamente importantes para o Brasil e que defendam a política indigenista. Caso contrário, os efeitos serão devastadores", observou. (JB - 21/1/87)

GOVERNADOR CONTRA PARQUE YANOMAMI

Enquanto o senador Severo Gomes concedia uma entrevista em São Paulo para falar do seu projeto que cria o Parque Yanomami, em Boa Vista, novas críticas eram feitas à iniciativa do parlamentar. Além da posição do governador Getúlio Cruz, que

considera o trabalho "um desserviço à Nação", geólogos, garimpeiros e empresários condenaram a criação do parque, que vai interditar 36% dos 23 milhões de hectares que formam a área total do território. Para o geólogo Salomão Cruz, engenheiro-residente do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e hoje diretor de operações da Companhia de Desenvolvimento de Roraima - Codesaima, a implantação do parque "anula todo o trabalho que já foi feito": (ESP - 21/1/87)

LIMINAR SUSTA REFORMA AGRÁRIA EM FAZENDA DE MINAS E PIORA CONFLITO

O juiz Plauto Afonso da Silva Ribeiro, da 10ª Vara da Justiça Federal desta capital, concedeu liminar à ação cautelar pedida pelos proprietários da Fazenda Ressaça, localizada no município de Manga, norte de Minas, cujo decreto de desapropriação para reforma agrária foi assinado dia 15 passado pelo presidente Sarney. A concessão da liminar agrava o conflito entre os índios Xacriabás e 526 posseiros moradores na reserva indígena, localizada

no município vizinho, Itacarambi, que seriam transferidos pelo Incra para a Fazenda Ressaça. Ontem expirou o prazo combinado entre o Incra e a Funai, em outubro, para permanência das 89 famílias de posseiros que se encontram acampados na aldeia Sumaré, dentro da área indígena, que durante 90 dias, até 15 de janeiro, foi vigiada pela Polícia Federal e pela Polícia florestal, para evitar conflitos. Os posseiros, segundo a Funai, estão instalados precariamente, com fome, doenças e cercados pelas plantações indígenas, ora em fase de colheita. A Fazenda Ressaça, com três quilômetros de margens do rio São Francisco, tem apenas 1% dos seus 6,7 mil hectares aproveitados, de acordo com a vistoria feita pelos técnicos do Incra, que a indicaram para a reforma agrária. Cerca de 95% da sua área foram considerados aptos para o plantio. Pertence às famílias Klabin e Haas, que, no dia seguinte à assinatura do decreto de desapropriação pelo presidente Sarney, entraram com ação cautelar na Justiça Federal, cuja liminar foi concedida anteontem pelo juiz Plauto Ribeiro. (JB - 24/1/87)

Última Página

Prezados companheiros,

Nos dias 7 e 8 de janeiro de 1987, os tratores e os policiais juntamente com os jagunços e pistoleiros do grupo dos pernambucanos, expulsaram antigos moradores dos povoados Serraria, Quilombo e outros lugares menores, com a ameaça de chegarem até Santa Cruz e Monte Valeriano, no estado do Maranhão.

No dia 10 de janeiro, uma comitiva de Entidades de apoio à luta dos trabalhadores, o Dr. Aldo do INCRA com dois policiais federais, o Presidente da FETAEMA com três advogados, alguns políticos autênticos, o Presidente do Sindicato dos Comerciários, o Presidente do Sindicato dos Motoristas (todos de São Luis), o Presidente da CUT/MA, membros da CPT Diocesana e o Presidente do STR de Caxias estiveram na área, verificando os estragos cometidos nos últimos meses.

Os fatos foram divulgados em jornais do País e do Maranhão, na televisão e no rádio. Antes de ir nos lugares citados, a comitiva de São Luis conseguiu uma audiência com o Coronel Silva Junior - Secretário de Justiça e Segurança Pública - o qual, numa atitude debochante e mentirosa, disse não saber nada e que, o que ocorreu devia ser confusãozinha de alguns lavradores.

Sábado, 10 de janeiro, o gerente da fazenda Caxirimbú, do mesmo grupo de pernambucanos sempre no 1º Distrito de Caxias, acompanhado de policiais fardados e armados, reuniu os moradores (antigos na área) propondo um acordo nos seguintes termos:

- 1) indenização e o pessoal sair logo;
- 2) trabalhar e colher até junho, exigindo a resposta até o dia 13, terça-feira. Se não aceitarem nenhuma das duas alternativas, a terceira é de que serão derrubadas as casas e destruídas as roças no molde dos fatos citados.

Pedimos aos companheiros cartas ou telegramas de apoio e solidariedade exigindo uma solução adequada. Enviar ao INCRA de São Luís - INCRA Brasília - MIRAD e Presidência da República.

Solicita-se carta de informação do que será feito pelos companheiros no seguinte endereço:

CPT Diocesana
Caixa Postal 45
65600 - Caxias - MA

MIRAD/INCRA
Palácio do Desenvolvimento
Andar 15/SBN
70086 - Brasília - DF

INCRA/DR - 12
Av. Santos Dumont, 18
65000 - São Luis - MA

Presidência da República
Praça dos Três Poderes
70150 - Brasília - DF

Janeiro de 1987